

Resolução de conjuntura

1. A grave crise climática que atingiu o estado do Rio Grande do Sul através de inundações históricas até o momento contabiliza 163 mortos e dezenas de desaparecidos em um cenário de devastação agravado pela realidade de mais de meio milhão de pessoas desabrigadas, subjuga toda a conjuntura à urgência de enfrentar os impactos imediatos e as causas estruturais da crise climática.

2. Esta tragédia demonstra a gravidade da crise climática e o Brasil tem sido profundamente impactado pelas mudanças no clima. Segundo dados disponíveis no site do Ministério do Meio Ambiente, dos 5.570 municípios brasileiros, 3.679 têm capacidade adaptativa baixa ou muito baixa à eventos extremos e desastres hidrogeológicos, como vendavais, ondas de calor, fortes ressacas marinhas, deslizamentos e inundações[1]. Além disso, nas últimas duas décadas a crise climática já afetou diretamente 125 milhões de brasileiros com perdas econômicas que ultrapassam os 60 bilhões de dólares.

[1] Disponível em <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/mudanca-do-clima/adaptacao>.

3. A atual crise climática que atinge o Rio Grande do Sul não se caracteriza como um evento isolado, estando no ponto atual de uma linha do tempo que explicita a urgência do debate ambiental e climático no Brasil. Precisamos rememorar o ocorrido na Bahia em 2021, que contabilizou 20 mortes e 60 mil desabrigados. Assim como o ocorrido na cidade de Recife em 2022 resultando em 140 mortes, 122 mil pessoas desalojadas, 68 mil casas danificadas e 3 mil destruídas completamente, de acordo com dados do Sistema Integrado de Informações a Desastres. E a tragédia ocorrida em Petrópolis, também em 2022, que deixou 235 mortos, dentre outras que marcam a história de nosso país.

4. As consequências nefastas do negacionismo climático que marcou a agenda pública dos últimos anos também ficaram evidentes com os eventos climáticos extremos do Rio Grande do Sul. De um lado, Bolsonaro e Salles “passaram a boiada” com profunda flexibilização da legislação ambiental, anistia para desmatadores, desmonte do Ibama e ampliação da isenção fiscal para o agronegócio. De outro lado, Eduardo Leite também tem responsabilidade, já que em seus dois mandatos como governador do Rio Grande do Sul levou a cabo uma mudança em 480 normas do Código Florestal do Rio Grande do Sul, buscando flexibilizar a legislação de proteção ambiental, privatizou as empresas de água, saneamento e energia e fechou centros de pesquisa ambiental. Nesse marco, o investimento de menos de 1% da receita do estado do Rio Grande do Sul na Defesa Civil se combinou tragicamente com o papel de prefeitos como o Sebastião Melo em Porto Alegre que não realizou nenhum investimento em

prevenção às enchentes, além de não realizar manutenção e reparos nas casas de bomba, conforme solicitado pelos engenheiros da DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgotos de Porto Alegre).

5. Hoje, enquanto o Brasil assiste e se sensibiliza com as imagens da tragédia, Lula, Eduardo Leite e os prefeitos do Rio Grande do Sul estão sendo testados diante dos desafios para enfrentar as graves consequências que atingem o estado gaúcho. Assim como é preciso refletir em todo o Brasil como preparar as cidades para enfrentar as mudanças climáticas que têm se tornado mais frequentes, com base na defesa da justiça climática e social.

6. Conseqüentemente, os demais debates que polarizavam a conjuntura – sobretudo o conflito entre os Poderes, a luta em torno do orçamento do Estado e os desdobramentos das investigações contra Bolsonaro – cederam lugar à centralidade da crise no Rio Grande do Sul, trazendo à tona uma disputa pelos significados em torno desta tragédia. A extrema direita, que historicamente defende o negacionismo climático, agora tenta capitalizar o cenário para fortalecer o ódio aos políticos, ao Estado e até à natureza, promovendo uma visão de desconfiança e desvalorização das instituições públicas, através de suas figuras e uma máquina de desinformação. Em contrapartida, a esquerda busca reforçar os valores da solidariedade, destacando a importância e responsabilidade do Estado e a necessidade de uma política ambiental orientada ao combate à crise climática, de valorizar as empresas públicas de água, saneamento e energia, a ciência e as políticas de prevenção aos desastres. O PSOL participou e apoiou diversas iniciativas de solidariedade no Sul do país, somando-se às mais de 60 mil pessoas voluntárias, com pontos de coleta e distribuição de doações, cozinhas solidárias e apoio ativo à população nos abrigos.

7. A crise no Rio Grande do Sul representa um grande desafio para o atual governo. No entanto, as respostas têm sido marcadamente diferentes. O governo Lula reagiu demonstrando um compromisso com a solidariedade e reconstrução da vida das pessoas atingidas. Diferente das fake news que têm se multiplicado nas redes sociais, implementou uma série de ações para atenuar o sofrimento dos atingidos e ainda precisa fazer mais. Entre as medidas adotadas, destacam-se a mobilização de recursos federais, a coordenação com as autoridades locais para garantir a distribuição eficiente de suprimentos, a criação de um ministério extraordinário de apoio ao Rio Grande do Sul, e o apoio financeiro às famílias afetadas. Além disso, foram estabelecidas iniciativas de longo prazo para reconstrução e prevenção de futuros desastres. É preciso mostrar que o caminho da reconstrução do Rio Grande do Sul não deve ficar na mão da iniciativa privada e de empresas como a A&M, que atuou durante a tragédia provocada pelo Furacão Katrina em 2005 e estimulou políticas de desregulamentação e privatização de serviços públicos.

8. É crucial que o governo Lula cumpra um papel efetivo nesse episódio para enfrentar a extrema-direita de maneira sólida. No entanto, atualmente, o governo tem enfrentado dificuldades em sua resposta à crise no Rio Grande do Sul, precisando avançar em políticas efetivas de perdas e danos para os atingidos pelas enchentes. Esse desempenho é especialmente importante considerando o debate crescente na extrema-direita sobre a busca de uma alternativa a Bolsonaro.

9. Nesse momento acontece no Congresso Nacional uma série de disputas que se relacionam com a luta socioambiental, evidenciando a centralidade dessa pauta, a exemplo da luta contra o Marco Temporal, da liberação de agrotóxicos, criminalização dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, as metas fiscais que retiram do Estado a capacidade de investimento em políticas ambientais e sociais, além da luta contra o pacote da destruição que engloba 25 projetos de lei e 3 emendas constitucionais (PECs) que atacam direitos ambientais centrais, dentre eles o fim da proteção de campos de altitude, a flexibilização dos licenciamento ambiental, a PEC 03/22 de privatização de praias, e outros temas que aprofundarão a crise ambiental. O papel do PSOL e da nossa bancada tem sido crucial para promover uma agenda de justiça ambiental e social diante desse cenário e da ação coordenada da direita em aprovar esses projetos. Destacamos a atuação de Sônia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas, que tem sido um contraponto vital às visões predatórias no Ministério de Minas e Energia e no Ministério da Agricultura.

10. É responsabilidade do PSOL propor um programa que oriente nossa resposta à crise climática e suas consequências, para defender que a vida está acima do lucro, com mobilização e articulação com os movimentos sociais do campo e da cidade, indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Este é o debate que queremos levar à COP-30 que será realizada em 2025 em Belém, cidade governada pelo PSOL e para enfrentar os negacionistas climáticos nas eleições de 2024. Partimos do debate de justiça climática e do que já foi acumulado por nosso partido, como o documento “Amazonizar a política, cultivar a vida e combater as mudanças climáticas” resultado da Conferência da Amazônia realizada em maio de 2023 em Belém do Pará, assim como proporcionar as pré-candidaturas do PSOL uma plataforma para as eleições de 2024, para isso propomos:

a. Preservação e combate ao desmatamento: o PSOL defende a prioridade na preservação da Amazônia, assim como de todos os biomas (Pampas, Pantanal, Caatinga, Cerrado e a Mata Atlântica), combatendo atividades predatórias como o desmatamento, o garimpo, e a expansão do agronegócio que contribuem para o aquecimento global e mantêm o Brasil refém de um modelo econômico insustentável.

b. Reforma agrária e agricultura sustentável: Deter a expansão do agronegócio sobre a floresta e promover uma transição para uma agricultura sustentável, agroecológica e produtora de alimentos sem veneno, priorizando a produção familiar e de alimentos, moderna e comunitária, e buscando aliados para uma mudança de modelo.

c. Transição energética justa e popular: A necessidade de investir em novas fontes de energia e promover uma transição para uma matriz energética mais limpa, que gere empregos e renda com uma especial atenção à compensação socioeconômica para os territórios atingidos. A Petrobrás precisa cumprir seu papel de liderar uma transição energética justa e rápida, buscando estratégias para uma substituição gradual e definitiva da exploração e do uso dos combustíveis fósseis.

d. Mitigação, infraestrutura, adaptação climática e perda e danos: Defender o investimento em mitigação das causas que agravam a crise climática, infraestrutura cruciais para adaptar as cidades às mudanças climáticas a partir de soluções com participação e saberes populares, gerando empregos e promovendo uma transição socioambiental. Além da criação de um fundo de perdas e danos há algumas décadas já em debate na ONU.

e. Financiamento da transição: Um programa de transição que promova a justiça social, que cobre medidas para transformar a matriz produtiva, gerando empregos e diminuindo as desigualdades.

f. Combate ao racismo ambiental e defesa dos territórios tradicionais, indígenas e quilombolas: Garantir que as políticas ambientais sejam justas e equitativas, protegendo as comunidades mais vulneráveis aos impactos da crise climática, assim como a preservação e demarcação dos territórios indígenas e proteção aos modos de vida tradicionais.

g. Democracia, controle social e combate às desigualdades: A transição socioambiental requer um forte controle social e uma nova democracia baseada na vontade das maiorias e na participação dos atingidos climáticos, setores populares organizados e movimentos sociais.